

Semana de Ciência e Tecnologia IFMG - campus Bambuí VI Jornada Científica
21 a 26 de outubro de 2013

Educação para todos: um desafio da educação inclusiva

Tiago Garcia PEREIRA¹; Jessiara Garcia PEREIRA²

¹Aluno do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência do IFMG campus Bambuí

² Professora do IFMG campus Bambuí

RESUMO

A Educação Inclusiva propõe a integração dos alunos portadores de necessidades especiais nas escolas da rede regular, proporcionando a vivência da cidadania a todos os sujeitos envolvidos no processo educativo. Para que essa prática ocorra é necessário que os profissionais da educação tenham uma melhor formação quanto às demandas dos alunos portadores de necessidades especiais. Isso ocorre, pois o ingresso destes alunos no contexto escolar representa grandes desafios para a prática pedagógica. Levando em consideração estas questões, objetivou-se nesse artigo apresentar como a Educação Inclusiva evoluiu no contexto educacional, investigar as possibilidades e limitações para a educação inclusiva, bem como analisar algumas propostas para a formação docente alicerçada nos preceitos da inclusão.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, formação docente, inclusão.

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva propõe a integração dos alunos portadores de necessidades especiais nas escolas da rede regular, a fim de que esses alunos tenham a oportunidade de vivenciar experiências de aprendizagem mais ricas do que aquelas experimentadas nas escolas voltadas para o atendimento de suas necessidades especiais.

Esta proposta para Educação Inclusiva vai ao encontro às ideias de Vygotsky sobre as Zonas de Desenvolvimento Proximal. Segundo esta teoria, a aprendizagem

Semana de Ciência e Tecnologia IFMG - campus Bambuí VI Jornada Científica

21 a 26 de outubro de 2013

torna-se mais eficiente à medida que os alunos têm a oportunidade de trabalharem em grupos heterogêneos, onde alunos apresentam diferentes níveis de aprendizagem. Deste modo, o desenvolvimento dos alunos com algum tipo de deficiência com os demais se torna um fator importante para o desenvolvimento cognitivo.

Além disso, a inclusão também abrange outro aspecto importante que é a redução do preconceito com os deficientes, uma vez que através do convívio dos alunos deficientes com os demais é possível a percepção que eles têm mais características comuns do que incomuns. Sendo também que com o convívio dos alunos desde criança essas limitações com o tempo nem seriam mais tão perceptíveis.

Ao contrário da educação inclusiva, a Educação Especial foi criada a partir de uma mobilização chamada “Educação para Todos”, que tinha como proposta atender as crianças com necessidades especiais em um ambiente específico. Segundo Bueno, (1993), citado por Nunes (2008), a melhor alternativa para as pessoas com deficiência seria o atendimento segregado. Essa era a realidade da época, pois a escola regular não tinha o preparo necessário para suprir as demandas dos portadores de deficiência. Deste modo a Educação Especial era considerada uma modalidade de atendimento específico para as pessoas com necessidades especiais.

No entanto, diversas organizações da sociedade e associações de pessoas com necessidades especiais passaram a reivindicar políticas de mudanças educacionais. Isso, foi estabelecido pela Constituição Federal, assim como pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9394/96, que destina o capítulo V à Educação Especial. O art. 58 da LDBEN define que os alunos com necessidades especiais devem ser atendidos, preferencialmente no ensino regular. Essa declaração mudou o rumo das discussões sobre Educação Especial no Brasil, criando o que chamamos de Educação Inclusiva, que é a integração dos alunos com necessidades especiais no ensino regular.

A fim de realizar um estudo que permitisse a aproximação do autor com o universo da Educação Inclusiva, realizou-se uma pesquisa bibliográfica. Para uma leitura crítica das reflexões do autor a pesquisa bibliográfica enfatizou os estudos de Lima (2005), Müller (2005), Nunes (2008) e Rogalski (2010) autores de referência no estudo da Educação Inclusiva.

Semana de Ciência e Tecnologia IFMG - campus Bambuí VI Jornada Científica

21 a 26 de outubro de 2013

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: HISTÓRICO

Ao longo da história, a Educação Especial foi a principal modalidade de ensino utilizado para o atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais. A Educação Especial, teve seu início a partir de 1920, quando o psicólogo russo Vygotsky afirmava que os princípios do desenvolvimento humano são os mesmos para todos os sujeitos. Isto significa que todo ser humano é educável. Na sua visão, a fragilidade de uma deficiência é também uma força que move o sujeito para suas realizações (LIMA, 2005).

Após a Segunda Guerra Mundial houve um avanço no tratamento de pessoas com necessidades especiais, devido à recuperação dos soldados que voltaram da guerra com vários tipos de danos físicos e psicológicos.

Em 1954, surge o movimento das Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), daí em diante ocorre um desenvolvimento na criação de escolas especiais.

A partir de 1970, a Educação Especial passou a ser discutida, tornando-se preocupação dos governos, repercutindo na criação das primeiras instituições públicas e privadas dedicadas a educação especial. Essa modalidade de ensino prevê que os alunos com deficiência tenham um estudo segregado à aquele oferecido no ensino regular, uma vez que esses alunos não possuiriam capacidades normais de desenvolvimento e aprendizagem..

Esta modalidade ainda é apoiada por muitos educadores que não vêm a inclusão desses alunos como um real desenvolvimento. No entanto, há estudiosos que pensam de forma contrária. Segundo eles a educação de todas as crianças, sejam elas quem forem, tem que ser realizada no ensino regular, uma vez que o ensino, além de ser uma oportunidade para o ensino formal, é também um processo de cidadania. Essa é a ideia de Rogalski (2010 pag 5) que afirma:

A educação é responsável pela socialização, que é a possibilidade de uma pessoa conviver com qualidade na sociedade, tendo, portanto, um caráter cultural acentuado, viabilizando a integração do indivíduo com o meio.

O conceito mais amplo de Educação Inclusiva, que a caracterizou como uma política de justiça social foi a Declaração de Salamanca, que fortaleceu ainda mais a Educação Inclusiva pelo mundo. Isso pôde ser percebido no Brasil onde o termo

Semana de Ciência e Tecnologia IFMG - campus Bambuí VI Jornada Científica

21 a 26 de outubro de 2013

inclusão começou a ser abordado por algumas políticas voltadas para a educação, por ONGs destinadas a deficientes, pela mídia que daí em diante demonstrava seu apoio a essa causa e aos familiares de pessoas com necessidades especiais (Müller 2005).

PREPARO DOS PROFESSORES

Atualmente, a inclusão de alunos com necessidades especiais é colocada como uma imposição pela mídia e pelas pessoas responsáveis pela administração do sistema educacional (ministros e secretários da educação; superintendentes; inspetores de ensino; etc.). No entanto poucas iniciativas são propostas para que os professores tenham reais condições para realizar um trabalho de qualidade junto a esses alunos. Do mesmo modo que os cursos de formação docente precisam ter mais disciplinas voltadas para a compreensão do universo da Educação Inclusiva, e principalmente, no que diz respeito ao conhecimento sobre os alunos com necessidades especiais, proporcionando também a possibilidade de desenvolver metodologias específicas para a vivência plena da inclusão.

Para Giroux, (1997) citado por Nunes, (2008) p 61.

Os futuros professores em vez de aprenderem a levantar questões acerca dos princípios que moldam os diferentes métodos didáticos, técnicas de pesquisa e teorias da educação, são encaminhados a terem uma preocupação em aprender o “como fazer” e “o que funciona”. Para Giroux (1997, p.45), “[...] é excluída a importância da formação da consciência política e social do professor, negando sua politização, não só no âmbito de sua atividade profissional como, também, para a esfera social mais ampla, privando-o de sua cidadania, ocultando o grau de opressão a que está submetido”.

Para que professores possam de fato fazer o seu papel de possibilitarem a cidadania dos alunos com necessidades especiais é necessário que eles tenham conhecimento das necessidades de cada aluno e como deve ser trabalhado o conteúdo com cada deficiência. E para que esses professores adquiram esses fundamentos é necessário que o sistema de educação promova cursos de capacitação desses professores e que as instituições de formação de educadores promovam mais disciplinas voltadas aos alunos portadores de necessidades especiais.

Embora a formação inicial de professores seja deficitária na introdução de conceitos e aplicações de métodos voltados especificamente para a inclusão, é preciso

Semana de Ciência e Tecnologia IFMG - campus Bambuí VI Jornada Científica
21 a 26 de outubro de 2013

lembrar que existem vários cursos de formação continuada voltados para a capacitação de professores para lidarem com os alunos com necessidades especiais. Esses cursos representam ótimas oportunidades para que esses profissionais desenvolvam ainda mais as suas capacidades como educadores.

CONCLUSÃO

Após as análises na literatura pôde-se perceber que os autores colocam como principal motivo da não aplicação da inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular o fato das escolas, não estarem preparadas para receber esses alunos. Isso faz com que os familiares tanto dos alunos deficientes, quanto os do ensino regular não confiem na inclusão. Também faltam políticas públicas voltadas para a formação dos professores para lidarem com os alunos com necessidades educacionais especiais.

REFERÊNCIAS

LIMA P. A. Educação Inclusiva. In. CUNHA, Maria Antonieta Antunes; MIRANDA, Glaura Vasques de (org.). Veredas: formação superior de professores. Belo Horizonte: SEE – MG, 2005.

MULLER, M.B.C. O Imaginário Docente na Perspectiva da Inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais no Ensino Superior: Um Percorso de Significados e Resignificações. 2005. 111p. (Dissertação Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

NUNES, M. C. A Formação Docente e o Paradigma da Educação Inclusiva: estudo de caso em uma Escola Municipal de Porto Alegre. 2008. 94p. (Monografia em Ciências Sociais) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ROGALSKI, S. M. Histórico do surgimento da educação especial; revista de educação do ideal Vol. 5 – Nº 12 - Julho - Dezembro 2010 Semestral; P. 3

Semana de Ciência e Tecnologia IFMG - campus Bambuí VI Jornada Científica

21 a 26 de outubro de 2013